



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos de mão de obra (uniformes, EPIS e equipamentos) necessários à execução dos serviços.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, às 15h (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 829/2022, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas, o item foi aberto para lances. Encerrada a fase competitiva, identificou-se que a licitante CEB SEGURANCA LTDA BA apresentou a melhor oferta para o item único do certame. Foi solicitado que a mesma encaminhasse, no prazo de 24 horas, arquivo contendo as planilhas de custos e formação de preços. Os documentos foram enviados no prazo estabelecido. Após análise das planilhas, não foram identificados equívocos nas rubricas apresentadas que merecessem ser corrigidos.

Após tentativa de negociação (Seção IX do Edital 90040/2024 - Da Negociação), a proposta foi aceita pelo valor negociado de com o valor de R\$ 14.349.331,44.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à fase de habilitação, com a observação da documentação juntada para esse fim.

Após análise da documentação, o pregoeiro entendeu que CEB SEGURANCA LTDA demonstrou atender às exigências contidas Seção XII do Edital e habilitou da licitante.

Encerrado o prazo pra registro de intenção de recursos, identificou-se que as empresas ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA e A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA manifestaram de interesse em recorrer.

A recorrente ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA alegou em sua peça recursal (doc. 3105160) que a CEB SEGURANÇA emitiu declaração falsa ao afirmar cumprir a cota de aprendizagem no campo próprio para sua habilitação, quando, na verdade, não estava realizando a contratação de aprendizes em conformidade com a legislação.

Em suas contrarrazões (doc. 3105168), em síntese, a CEB SEGURANCA LTDA alegou que a atividade de vigilante é de alto risco, sendo incompatível com a atuação de aprendiz.

Já a A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, ao apresentar suas razões (doc. 3105171) fez as seguintes alegações:

- a) que a CEB SEGURANCA LTDA emitiu declaração falsa ao afirmar cumprir a cota de aprendizagem no campo próprio para sua habilitação, quando, na verdade, não estava realizando a contratação de aprendizes em conformidade com a legislação;
- b) alegou ainda que a CEB copiou integralmente os valores das horas extras do edital, sem apresentar os cálculos detalhados com base em suas próprias obrigações trabalhistas e percentuais, o que evidencia uma inconformidade grave;
- c) que a CEB não apresentou a composição detalhada dos valores referentes ao uniforme, materiais e equipamentos na sua planilha de preços;
- d) questionou o fato da empresa habilitada ter incluído, em sua planilha de custos, o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, ao mesmo tempo em que declarou que não cumpre essa obrigação por entender que não seria necessária em seu caso;
- e) argumentou, por fim, que a primeira colocada apresentou um Balanço Patrimonial autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme estabelecido no edital.

Contrarrazoando a A.V.I. SERVICOS, a recorrida, através do documento 3105172, apresentou os seguintes argumentos:

- a) sobre a contratação de jovem aprendiz, alegou que a atividade de vigilante é de alto risco, sendo absolutamente incompatível com a atuação de aprendiz;
- b) com relação aos valores das horas, informou que utilizou o modelo constante no ANEXO III do edital, respeitando o valor máximo permitido para a contratação;
- c) sobre o valor orçado para a rubrica “uniforme”, alegou que o preço apresentado é compatível com os praticados no mercado para o item;
- d) no tocante ao fato de ter incluído na planilha de custos o valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz, esclareceu que a providência foi tomada como uma medida preventiva, levando em consideração possíveis ajustes futuros nas exigências do contrato;
- e) Acerca do balanço patrimonial, esclareceu que apresentou os balanços registrados pela JUCEB e, também, os registrados no SPED, bem como recibo de transmissão.

Sobre as razões apresentadas, o pregoeiro se manifestou nos seguintes termos (doc. 3114247):

“II - ANÁLISE DOS ITENS APRESENTADOS NOS RECURSOS

a) Declaração falsa da CEB ao afirmar cumprir a cota de aprendizagem no campo próprio para sua habilitação, quando, na verdade, não estava realizando a contratação de aprendizes em conformidade com a legislação:

Sobre o tema, esclarecemos que a nova Lei de licitações e Contratos (Lei 14.133/2021) inovou ao estabelecer, no art. 63, inciso IV, que durante a fase de habilitação será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas. Já no art. 116, a nova lei disciplina que, ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas. Vale destacar que para participar do certame, as licitantes precisam assinalar de forma obrigatória no sistema Compras.Gov do Portal de Compras do Governo Federal, que cumprem os requisitos citados, não podendo a licitante escolher de forma isolada qual delas firmar, à exceção apenas das declarações relativas a microempresas ou empresas de pequeno porte. Assim, todas as demais declarações do sistema são assinaladas conjuntamente, do contrário a licitante não consegue cadastrar sua proposta.

Todavia, em que pese o nobre propósito de inserir nas compras públicas políticas para fomento social, a inovação das exigências de cotas vem trazendo, neste momento inicial da vigência da lei, dúvidas que demandam soluções ainda não amadurecidas e consolidadas pela jurisprudência e doutrina, gerando insegurança jurídica. Desse modo, por exemplo, pode haver questões de mercado nos quais as empresas, embora envidem esforços não conseguem preencher as vagas, principalmente em certas atividades, como serviços de segurança e vigilância, como no caso de contratação de aprendizes, podendo existir, em cada situação concreta, fatos justificáveis para o não preenchimento de todas as vagas da cota, como se observa em decisões da justiça do trabalho. Diante de tais situações, como afastar a proposta mais vantajosa para Administração sem infringir a Constituição Federal e os princípios administrativos, ao não se fazer uma interpretação sistêmica e teleológica da norma?

Não há, portanto, salvo melhor análise, como prosperar a tese de declaração falsa, não só por questões operacionais do sistema, mas pela celeuma em torno do tema em debate, já aventada em artigos doutrinários sobre licitação e em ações da justiça do trabalho.

Recentemente a Administração enfrentou situação similar em outro certame (processo SEI n.º 0020872-45.2023.6.05.8000, Pregão Eletrônico 90019/2024), no qual se manteve a habilitação da empresa recorrida. Em parecer jurídico, chegou-se à seguinte conclusão:

Assim, tendo em vista, primordialmente, que o documento colacionado pela Requerente não demonstra, necessariamente, a atual situação da Recorrida, entendemos que não pode ser considerado como substrato para o

desfazimento da habilitação, nos moldes vindicados. Ademais, ainda que se admita que a certidão reflita quadro atual, não se pode deixar de ter em conta a realidade fática, inclusive abraçada pela Justiça Trabalhista, de modo a mitigar os riscos de restringir a ampla competitividade ao afastar do procedimento empresa idônea, que ofertou o menor preço e, ademais, não se escusou de cumprir a lei, deixando de atendê-la em virtude de dificuldades na seleção profissionais com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, conforme parece demonstrar a flexibilização abraçada pela Justiça Especializada do Trabalho.

No referido processo, no qual se manteve a habilitação da empresa declarante, foram trazidos excertos de decisões do Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema em debate:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. PREENCHIMENTO. ART. 93 DA LEI 8.213/91. MULTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. ABSOLVIÇÃO 2.1. *Conquanto seja ônus da empregadora cumprir a exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, ela não pode ser responsabilizada pelo insucesso, quando comprovado que desenvolveu esforços para preencher a cota mínima, sendo indevida a multa, bem como a condenação no pagamento de indenização por dano moral coletivo. 2.2.* *A empresa com 100 ou mais empregados deverá preencher de 2% a 5% de seus cargos com "beneficiários reabilitados" ou com pessoas portadoras de deficiência. Entretanto, "in casu", é descabida a condenação ao pagamento de multa e indenização por dano moral coletivo em face do não cumprimento da exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, uma vez que ficou comprovado que a empresa empreendeu esforços a fim de preencher o percentual legal de vagas. Recurso de Embargos de que se conhece e a que se dá provimento para totalmente improcedente os pedidos formulados na Ação Civil Pública. (ED-E-ED-RR- 658200-89.2009.5.09.0670, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Joao Batista Brito Pereira, DEJT 19/12/2016).*

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. DANO EXTRAPATRIMONIAL COLETIVO. INOBSERVÂNCIA DE CONTRATAÇÃO MÍNIMA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. ART. 93 DA LEI Nº 8.213/1991. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. SÚMULA Nº 126 DO TST. ART. 896, § 7º, DA CLT. SÚMULA Nº 333 DO TST. *A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que inexistente direito à indenização por dano extrapatrimonial coletivo, quando a empregadora, sem sucesso, empreende esforços para preencher a cota mínima de vagas destinadas a trabalhadores com deficiência e reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, como no presente caso, por ausência de conduta ilícita, pressuposto da responsabilidade civil. Precedentes. Agravo a que se nega provimento. (Processo: Ag-AIRR - 11234- 05.2015.5.15.0068 Data de Julgamento: 30/03/2022, Relator Ministro: Amaury Rodrigues Pinto Junior, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2022).*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEI Nº 13.015/2014. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER.

CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é cabível a condenação da reclamada pelo não preenchimento das vagas destinadas por lei aos portadores de deficiência ou reabilitados quando a empresa empreendeu todos os esforços possíveis para a ocupação das cotas legais, deixando de contratar a cota mínima por motivos alheios à sua vontade. Na hipótese, o Tribunal Regional manteve a sentença que absolvera a reclamada da obrigação de fazer, consistente no preenchimento de vagas de postos de trabalho para deficientes, ao fundamento de que a reclamada envidou esforços no sentido de divulgação de vagas e contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais, sem, contudo, obter sucesso no preenchimento da cota mínima legal exigida pelo art. 93 da Lei 8.213/1991, em face da insuficiência de candidatos, acrescentando que não se evidencia conduta recalcitrante ou deliberada da empresa no sentido de furtar-se ao cumprimento da norma legal. Conclusão fática diversa somente seria possível mediante o revolvimento do conteúdo fático-probatório produzido nos autos, procedimento vedado nesta fase processual, diante do óbice da Súmula 126/TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (Processo: ARR - 1588-24.2015.5.09.0654 Data de Julgamento: 14/09/2022, Relatora Ministra: Maria Helena Mallmann, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/09/2022).

b) Valores das horas extras informados na planilha de preços:

Sobre item, informamos que para apresentação da sua proposta a licitante habilitada utilizou o modelo de planilha de custos e formação disponibilizada do anexo III o Edital. Na oportunidade, verificamos que os valores mínimos referentes aos salários, bem como às horas extraordinárias foram observados, não devendo prosperar as alegações da recorrente com relação ao tema.

c) Detalhamento dos valores referentes ao uniforme, materiais e equipamentos na sua planilha de preços:

A planilha de preços já representa o detalhamento pormenorizado da proposta. Sobre ela, o edital, em item 10.9. estabelece:

10.9. Eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

A condição 11.4., por sua vez, preceitua:

11.4. É indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A despesa total com a execução do objeto da licitação foi estimada em R\$ 15.196.851,41 e a CEB SEGURANÇA obteve a primeira colocação com uma

oferta de R\$ 14.349.331,44 (94,42% do valor máximo estimado).

Em suas contrarrazões a CEB informou que o valor orçado para a rubrica “uniforme” é compatível com os praticados no mercado para o item.

Também aqui não verificamos motivo para a recusa da proposta mais vantajosa.

d) Inclusão do valor referente ao cumprimento da cota de jovem aprendiz na planilha de preços mesmo não cumprindo a obrigação:

Sobre o item, entendemos que o fato da licitante não possuir atualmente no seu quadro de funcionários jovens aprendizes não impede que ela passe a adotar tal prática na contratação futura, devendo a fiscalização, no curso da prestação do serviço, realizar a referida verificação e efetuar a glosa do valor correspondente, no caso do não cumprimento.

e) Apresentação do Balanço Patrimonial autenticado pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), sem observar a exigência de apresentação do documento no formato digital por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED):

Conforme se verifica no documento nº 3077149, páginas 41- 1224, foram apresentados balanços registrados pela JUCEB, bem como os registrados no SPED, com o respectivo recibo de transmissão, não devendo prosperar a alegação.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos que os recursos não merecem provimento, uma vez que nenhuma das questões levantadas enseja a desclassificação da empresa vencedora.

É o recurso, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.”

Lastreado no parecer n.º 654 ASJUR1, a Diretoria Geral do TRE-BA julgou procedente o recurso interposto pela empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, considerando o não atendimento à exigência da condição de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz e na Lei 14.133/2021, determinando a desclassificação da empresa CEB SEGURANÇA LTDA do certame.

Com a inabilitação da CEB SEGURANÇA LTDA, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA restou como a detentora da melhor proposta para o item do certame, com o valor de R\$ 14.400.000,00. Foi solicitado que a mesma encaminhasse, no prazo de 24 horas, arquivo contendo as planilhas de custos e formação de preços. Os documentos foram enviados no prazo estabelecido.

Após ajustes e tentativa de negociação (Seção IX do Edital 90040/2024 - Da Negociação), a proposta foi aceita pelo valor negociado de com o valor de R\$

14.399.990,18 (doc. 3153335).

Vencida a fase de aceitação, passou-se à fase de habilitação, com a observação da documentação juntada para esse fim.

Analizada a documentação enviada pela ALFORGE SEGURANÇA (documentos 3163991 e 3163996) e em consultas realizadas pelo pregoeiro, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que possui ciência do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições;
- Apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99);
- Apresentou declaração de observância aos incisos III e V do art. 1º e de cumprimento do inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante;
- Apresentou declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na lei 8.213/91 e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da lei 14.133/2021;
- Apresentou declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- A habilitação jurídica foi comprovada mediante a apresentação de contrato social em vigor, devidamente registrado, bem como em consulta ao relatório do SICAF, com situação válida até 21/05/2025.
- A regularidade fiscal foi também confirmada em consulta ao SCAF, com a seguintes informações:
 - a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com validade até 21/05/2025;
 - b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), com validade até 29/12/2024;
 - c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 31/05/2025;
 - d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 30/01/2025.
- A regularidade trabalhista foi comprovada mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com validade até 01/06/2025.
- Foi apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência, emitida em 21/11/2024, válida por 30 dias.

Com relação à qualificação econômico-financeira, a empresa apresentou o Balanço Patrimonial da EMPRESA MATRIZ (CNPJ 13.343.833/0001-05) dos dois últimos exercícios sociais.

O Balanço Patrimonial do exercício 2022 evidenciou os seguintes índices:

- Índices de Liquidez Geral (LG): 5,59.
- Liquidez Corrente (LC): 13,15.
- Solvência Geral (SG): 5,88.

Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.

- O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 43.022.296,11. Superior, portanto, a R\$ 1.115.004,68 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
- Patrimônio Líquido de R\$ R\$ 42.050.197,44. Superior a R\$ 669.270,52 (10% do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).

O Balanço Patrimonial do exercício 2023 evidenciou os seguintes índices:

- Índices de Liquidez Geral (LG): 1,88.
- Liquidez Corrente (LC): 4,16.
- Solvência Geral (SG): 2,00.

Todos, portanto, superiores a 1, conforme exigência editalícia.

- O Capital Circulante Líquido apresentado foi de R\$ 55.027.384,57. Superior, portanto, a R\$ 1.115.004,68 (16,66% dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).
- Patrimônio Líquido de R\$ 39.891.258,47. Superior a R\$ 669.270,52 (10% do valor da proposta da licitante para 12 meses de prestação dos serviços).

Para fins de comprovação da qualificação técnica a licitante apresentou diversos atestados, dentre os quais um emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- Superintendência da Bahia, em nome da filial da ALFORGE na Bahia (CNPJ 13.343.833/0004-40), referente ao período de 15/07/2022 a 28/08/2024, atestando a disponibilização de 214 postos através do contrato 1081/2022. Ainda para a comprovação da qualificação técnica, a experiência de 03 anos na execução do serviço de contratação de mão de obra pôde ser aferida através do atestado emitido em nome da matriz (CNPJ 133438330001-05) pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Olinda, no período de 01/08/2017 a 26/01/2022, totalizando um período de 04 anos, 05 meses e 25 dias.

Sobre o estabelecimento matriz (CNPJ 133438330001-05), em consulta ao SICAF para fins de análise da regularidade fiscal e trabalhista da referida unidade, em consulta ao SICAF foram obtidos os seguintes resultados:

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com validade até 15/10/2025;
- prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 29/12/2024;
- prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 31/05/2025;
- prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 23/12/2024;
- regularidade trabalhista comprovada mediante consulta à CNDT, com validade até 03/02/2025.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa,

mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico: <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>; 13.476.984/0001-23

c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

Nas consultas mencionadas não foram encontrados informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.

Com relação à certidão de regularidade com a contratação de aprendizes, em consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>), em 10/12/2024, constatou-se que a licitante empregava, em 07/12/2024, aprendizes em número SUPERIOR ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT, conforme extrato da pesquisa reproduzida abaixo:

“EMPREGADOR: ALFORGE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA

CNPJ: 13.343.833/0004-40

CERTIDÃO EMITIDA em 10/12/2024, às 15:33:42

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das

Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o

empregador acima identificado empregava, em 07/12/2024, aprendizes em número SUPERIOR ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.”

Sobre a certidão de regularidade na contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, em consulta feita na webpage do Ministério do Trabalho, em 10/12/2024, constatou-se que a licitante empregava, em 07/12/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, conforme extrato da pesquisa reproduzida abaixo:

“ALFORGE SEGURANCA, CNPJ: 13.343.833/0004-40. CERTIDÃO EMITIDA em 10/12/2024, às 15:35:01. Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 07/12/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.”

Diante da informação contida na página eletrônica do Ministério do Trabalho certificando que a ALFORGE emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei 8213/1991, foi concedido um prazo de 24h00min (vinte e quatro horas) para que essa licitante apresente manifestação escrita, juntando documentos comprobatórios do quanto alegado. Em resposta (doc. 3164002), de forma resumida, a licitante apresentou os seguintes argumentos:

- Que a declaração apresentada pela ALFORGE, de que cumpre a reserva de cargos, é suficiente para o cumprimento do disposto no Edital;
- Que a referida certidão nunca foi exigência do Edital ou de qualquer documento relacionado ao procedimento licitatório, sendo a sua consideração uma violação expressa ao princípio de vinculação ao Edital;
- Informou que promove inúmeras campanhas de contratação de pessoas com deficiência e frequentemente divulga as vagas em portais de contratação, porém sem sucesso, uma vez que não existe mão de obra PCD e/ou reabilitada do INSS especializada em número suficiente no mercado para atuação em setores técnicos regulados.

Sobre o tema, o TRE-BA tem entendido que, embora se reconheça a importância da questão em tela, que busca estimular a contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social nos contratos firmados pela Administração Pública, é preciso ter em conta a interpretação que vem sido concedida pelo Judiciário ao artigo 93, da Lei n.º 8.213/91, no sentido de isentar a responsabilidade das empresas pelo insucesso na contratação quando decorrido de circunstâncias alheias a sua vontade. Uma vez que a licitante demonstrou ter empreendido esforços para realização da contratação de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, sendo o insucesso fruto de circunstâncias relacionadas ao mercado de trabalho, chegamos ao entendimento de que o item foi atendido.

Ainda sobre o tema habilitação, foi recebido no dia 11/12/2024, por email (doc. 3164022), uma denúncia informando que na abertura no certame, dia 25/09/2024, a ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA não cumpria com a cota mínima de contratação de jovens aprendizes e que, após observar que a CEB SEGURANÇA LTDA foi inabilitada por esse motivo, se aproveitou do período do trâmite do recurso para regularizar sua situação. Para comprovação do quanto alegado a denunciante juntou cópias de certidões obtidas na página eletrônica do Ministério do Trabalho, evidenciando a situação da ALFORGE SEGURANÇA ao longo dos dias. A pesquisa mostra que entre 25/09/2024 a 29/11/2024 a denunciada apresentava um percentual inferior ao mínimo exigido. Apenas na consulta do dia 05/12/2024 o valor mínimo é superado.

Ao apreciar a denúncia, auxiliado pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, o pregoeiro entendeu que não havia o que se falar em favorecimento à ALFORGE, uma vez que a situação colocada decorre dos trâmites previstos na norma legal.

A ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA foi habilitada ao item do pregão e declarada vencedora do certame.

Encerrado o prazo pra registro de intenção de recursos, identificou-se que as licitantes CEB SEGURANÇA LTDA e A.V.I. SERVICOS DE SEGURANCA LTDA manifestaram interesse em recorrer.

Encerrado o prazo para apresentação das razões, não houve manifestação por parte da CEB SEGURANÇA LTDA.

Já a A.V.I., em sua peça recursal (doc. 3180354), conforme já havia feito durante realização da sessão através de denúncia juntada aos autos através do documento 3164022, questionou o fato da ALFORGE SEGURANÇA, quando da abertura no certame, dia 25/09/2024, não cumprir com a cota mínima de contratação de jovens aprendizes, e só ter providenciado a regularização da situação após observar que a CEB SEGURANÇA LTDA foi inabilitada por esse motivo. Para comprovação do quanto alegado a A.V.I. juntou novamente cópias de certidões obtidas na página eletrônica do Ministério do Trabalho, evidenciando a situação da ALFORGE SEGURANCA ao longo dos dias, mostrando que entre 25/09/2024 a 29/11/2024 a recorrida apresentava um percentual inferior ao mínimo exigido e que apenas na consulta do dia 05/12/2024 o valor mínimo fora superado.

Em suas contrarrazões (doc.3180401), em síntese, a ALFORGE SEGURANCA alegou:

- Que a certidão apresentada pela recorrente, além de NÃO SER uma exigência do edital a sua apresentação, apenas informa os dados declarados pelo empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho;
- Que quando da convocação para apresentação de documentos de habilitação a Recorrida juntou certidão válida que atestou o cumprimento da determinação legal e editalícia de reserva de cargos para menores aprendizes;
- Que por se tratar de uma declaração online, dependente de atualizações do e-social, podem ocorrer divergências devido ao prazo de atualização do sistema.

Em sua manifestação (doc. 3180666) o pregoeiro manteve o entendimento de que não há obrigatoriedade legal de se verificar, antes da aceitação da proposta, os documentos de habilitação das licitantes, considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não havendo como se verificar a situação da empresa antes da fase habilitatória.

Ante o exposto, concluiu-se pelo não provimento do recurso, uma vez que a questão levantada não ensejava a desclassificação da empresa vencedora.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 28/12/2024, às 16:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3181039** e o código CRC **3702B093**.

0018116-97.2022.6.05.8000

3181039v16



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0018116-97.2022.6.05.8000
INTERESSADO : ASSEGIN
ASSUNTO : Homologa Pregão **90026/2024**

DECISÃO nº 3182230 / 2025 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de análise da regularidade de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para *contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia*, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90026/2024 (doc. n.º 3013037).
2. Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. (doc. n.º 3180354), contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a licitante ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., como vencedora do certame, bem como de contrarrazões pela empresa recorrida (doc. n.º 3180401).
3. Após análise das peças recursais, o Pregoeiro designado manifestou-se pela improcedência do recurso (doc. n.º 3180666).
4. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), opinou pela improcedência do recurso, conforme Parecer n.º 734/2024 (doc. n.º 3181298), cujos trechos destacamos:

[...]

2. Sustenta a Recorrente, em síntese, que a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA deverá ser desclassificada do certame, em razão de ter apresentado declaração falsa, no que diz respeito ao atendimento da *cota para menor aprendiz*, e, conseqüentemente, deverá ser punida com a sanção de *declaração de inidoneidade*.[..]

3. Em sede de contrarrazões, a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA refutou as alegações da Recorrente, [...]

4. Por sua vez, o Pregoeiro defendeu que "*o recurso não merece provimento, uma vez que a questão levantada não enseja a desclassificação da empresa vencedora*", reiterando, ao final, o posicionamento já adotado durante a condução do certame, merecendo reproduzir o seguinte excerto (doc. n.º 3180666):

"Com relação ao assunto em tela, quando da habilitação da ALFORGE SEGURANCA, através

d o chat do sistema de compras, nos manifestamos nos seguintes termos:

"Sobre o tema, a Lei nº 14133/2021 traz:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas."

Considerando que, conforme previsão legal, o envio dos documentos de habilitação será exigido da licitante detentora da melhor oferta apenas após a aceitação da sua proposta, não há como se verificar qual a situação da empresa antes da fase habilitatória.

O momento de verificação da documentação das empresas é após o exame das propostas.

Entendemos, portanto, que não há o que se falar em favorecimento, uma vez que a situação posta decorre dos trâmites previstos na norma."

Na oportunidade, reiteramos o entendimento exposto acima, no sentido de que não há obrigatoriedade legal de se verificar, antes da aceitação da proposta, os documentos de habilitação das licitantes. Basta dizer que existem 19 empresas participando do certame, dentre as quais a recorrente, e só saberemos a situação de cada uma caso tenhamos que analisar suas propostas."

[...]

5. Corroboramos o posicionamento do Pregoeiro, ora sintetizado na parte final do doc. nº 3180666, acima reproduzida.

6. Decerto, a questão da *reserva de cota para aprendizes*, bem como as demais inovações do artigo 92, XVII, da Lei nº 14133/2021, ainda trazem alguma dificuldade no curso das

licitações, merecendo certa cautela e ponderação no momento de análise e julgamento dos certames, sobretudo em face dos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

[...]

8. Importante anotar que, consoante trazido na condição 12.1.1, "e", do ato convocatório, **a lei exige, nesse momento, apenas a declaração do licitante.**

8.1. Sendo assim, para o cumprimento da citada condição, adota-se, até então, a mera declaração de todas as concorrentes, **via sistema**, do atendimento à exigência. Habilitam-se, desta forma, **em sentido estrito**, no quesito em baila (*atendimento da cota de reserva para aprendizes*).

8.2. Não se exige, nem se exigiu, *in casu*, a apresentação de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, até porque, repisemos, a documentação não se constitui em prova absoluta do cumprimento das cotas. Neste ponto, julgamos necessário destacar as seguintes informações:

"2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. **Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.**

3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em XXXXXX. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados."

8.2.1. Ademais, ao entender que a citada Certidão, por si só, não se prestará à comprovação inequívoca do quesito em baila, não vislumbramos como prosperar a alegação de *declaração falsa*. A fragilidade do teor do documento, a nosso ver, compromete a possibilidade da efetiva punição a quaisquer uma das empresas que tenha incorrido em semelhante situação.

9. A essa altura, cumpre ressaltar que a presente situação difere daquela analisada mediante Parecer nº 654/2024 (doc. nº 3120494), no qual opinamos pela inabilitação da CEB SEGURANÇA LTDA. Para além da certidão indicando o não atendimento do percentual mínimo exigido em lei, a própria Recorrida afirmou do desatendimento e refutou a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes no seu ramo de atuação, quando, sabidamente, a norma não faz esta ressalva, exceto para menores de 21 (vinte um anos) anos. Ali, repetimos, foi cabalmente admitido, pela empresa, o descumprimento da obrigação legal.

9.1. Aqui, estamos diante de empresa que apresentou o preço mais vantajoso para a Administração (*menor preço*) e, na fase de habilitação, comprovou o atendimento a todas as condições editalícias, inclusive no tocante ao preenchimento da cota legal de menor aprendiz.

10. Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa A.V.I. SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA (doc. nº 3180354) contra a decisão do Pregoeiro, que, no Pregão Eletrônico 90054/2024 (doc. nº 3129464) habilitou e declarou vencedora a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

5. Deste modo, lastreado no Parecer n.º 734/2024 da ASJUR1 (doc. n.º 3181298), cujas razões adoto e passam a integrar a presente decisão, com base no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **julgo improcedente o recurso** interposto pela empresa A.V.I SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA. e **mantenho a decisão do Pregoeiro** que declarou a empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA. vencedora do certame.

6. No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSESD (doc. n.º 3181997), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ 13.343.833/0004-40, pelo valor total negociado de **R\$14.399.990,18 (quatorze milhões, trezentos e noventa e nove mil novecentos e noventa reais e dezoito centavos)** e **HOMOLOGO** o **Pregão Eletrônico n.º 90026/2024**, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato.

7. Isso posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- à SOF, para emissão de empenho;
- à SGA, para formalização do ajuste; e
- à ASSGPRE, para conhecimento, sugerindo-se o envio deste processo à ASSEGIN, para acompanhamento e providências em sua área de atuação, sobretudo diante da proximidade do vencimento do contrato vigente e da necessidade de promoção de tratativas junto à empresa vencedora da disputa.

8. Ressalte-se a **necessidade de máxima prioridade na tramitação dos autos**.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral

0018116-97.2022.6.05.8000 3181998v29



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 02/01/2025, às 15:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3182230** e o código CRC **D3264FA0**.

0018116-97.2022.6.05.8000

3182230v13